

Ata nº 88 / XIII / 2.ª SL

Aos vinte e um dias do mês de junho de 2017, pelas 10 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

§ Único: Audição ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, Luís Filipe Tavares, sobre o Acordo de Parceria UE-Cabo Verde

Esta audição, levada a efeito conjuntamente com a Comissão de Assuntos Europeus (CAE), foi dirigida pelos Presidentes desta última Comissão, e da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP), respetivamente, os Deputados Regina Bastos, e Sérgio Sousa Pinto.

Começou a Senhora Presidente da CAE por saudar a presença do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, tendo seguidamente lembrado decorrer a mesma de requerimento em tempo formulado pelo CDS/PP, bem como a metodologia adotada.

De seguida, tomou a palavra o Senhor Presidente da CNECP, tendo solicitado a concessão de um minuto de silêncio em homenagem às vítimas de Pedrogão Grande, perecidas no grande incêndio ocorrido naquela região, tendo o pedido sido acolhido por unanimidade dos presentes.

Seguidamente, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP)** que fez uma breve introdução do tema, agradecendo a presença do Senhor Ministro, recordando que era a primeira vez que um Ministro de Cabo Verde, ou de outro Estado, é ouvido numa Comissão Parlamentar, tecendo de seguida três considerações relativas à relação com Cabo Verde e a unanimidade do seu envolvimento nos assuntos europeus.

Referiu-se a Cabo Verde como um dos países mais avançados do espaço africano, ao início do acordo de paridade cambial e ao acordo de parceria especial, bem como aos objetivos que ainda podem ser alcançados.

O Senhor **Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde** iniciou a sua intervenção agradecendo as palavras do Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia e o convite para falar sobre a parceria especial estabelecida com a União Europeia, prestando ainda condolências no que se refere à situação dos incêndios em Portugal. Relativamente à parceria especial, referiu que esta tem já 10 anos e é a única nos Estados África, Caribe e Pacífico, reconhecendo aos antecessores o mérito nesta parceria e na promoção do desenvolvimento e paz entre os povos. Mencionou a persecução de objetivos comuns, as dificuldades como país insular, com uma economia frágil, e que sozinho não consegue proporcionar o emprego e a plena integração no comércio mundial é essencial. Focou também o respeito pelos princípios comuns que destacam esta parceria das restantes, o interesse da União em parceiros seguros, com fronteiras resilientes como forma de combate ao terrorismo e tráfico de todos os tipos, uma parceria com base no diálogo político abrangente e amplo, capaz de responder aos desafios globais, com base em pilares como a segurança, a integração, a mobilidade, o conhecimento, o desenvolvimento. Referiu ainda o acordo de paridade cambial com o euro como o ponto mais importante, a parceria num leque cada vez mais alargado de matérias, uma plataforma de diálogo político regular e as ajudas no sistema de controlo de fronteiras, bem como os acordos bilaterais de migração temporária e centro comum de vistos. Frisou também o empenhamento da União em explorar oportunidades em Cabo Verde, salientando o aumento dos fundos, ajuda orçamental direta, importância do setor privado e das rotas migratórias, apresentando os três novos pilares de negociação: emprego, oceanos e reformas institucionais, nomeadamente no que se refere ao sistema judicial. Terminou com uma referência à isenção de vistos para cidadãos da União Europeia a partir de 2018, procurando gerar mais turismo e mais investimento e referindo que Portugal sempre apoiou a relação de Cabo Verde com a União Europeia, pedindo agora que apoie o alargamento e consolidação desta parceria.

Interveio a Senhora Deputada **Lara Martinho (PS)**, mencionando que Cabo Verde tem feito um caminho interessante com a União Europeia, sendo um caso singular no contexto

africano. Perguntou em que áreas deve ser aprofundada esta parceria, o que se espera alcançar com o envelope financeiro, focando ainda a parceria com as zonas ultraperiféricas e a plataforma de diálogo e cooperação regional, questionando se esta tem trazido benefícios, se pode ser aprofundada e qual o contributo da delegação da União Europeia em Cabo Verde. Deixou ainda perguntas sobre os projetos mais importantes no desenvolvimento do país e quais os principais desafios para o futuro de Cabo Verde.

Em resposta, o **Senhor Ministro** sublinhou a existência de uma excelente relação com os Açores, existindo projetos comuns, designadamente, no domínio da denominada “Economia Azul”, tendo sido muito relevante o convite em tempo endereçado pelo Primeiro-ministro de Portugal para que Cabo Verde estivesse presente na referida Conferência. Todo o relacionamento com a União Europeia (UE), afirmou, tem saído reforçado pelo facto do seu Embaixador na Praia ser um português. Relembrou que o consumo de energias renováveis já atinge os 25%, esperando atingir os 50%, em 2020. Sublinhou que os maiores desafios para Cabo Verde são o emprego jovem, e a criação de um “ambiente de negócios” favorável para investidores estrangeiros, para cujo efeito se mostra fundamental melhorar o sistema de justiça.

Intervio a Senhora **Deputada Isabel Pires (BE)** aludiu à importância de ouvir o balanço de Cabo Verde sobre os 10 anos de parceria com a União Europeia, e perceber quais os eixos prioritários. Colocou uma questão relativamente aos fundos e ao seu investimento na educação e ajuda humanitária, frisando ainda o objetivo de investimento no turismo e reforma do sistema judicial e perguntando se este se aplica às infraestruturas públicas ou apenas investimentos privados no turismo. Sobre a isenção de vistos, questionou sobre a posição da União relativamente ao tema.

Esclareceu o Senhor **Ministro** que a decisão acerca dos vistos havia sido unilateral, pretendendo mesmo alargar o seu âmbito, embora existam requisitos de índole securitária que devem ser acautelados.

Numa **segunda ronda** de intervenções, registaram-se as seguintes intervenções dos seguintes Deputados:

Paulo Pisco (PS) que perguntou qual a opinião do convidado sobre o projeto de cidadania comum no quadro da CPLP.

José Cesário (PSD) para questionar o convidado acerca do funcionamento do centro comum de vistos, suas vantagens e problemas;

Paulo Neves (PSD) para saber o que mais, na opinião do convidado, poderia ser feito no intuito de reforçar o relacionamento bilateral;

Isabel Pires (BE), colocando novamente questões sobre os vistos e a possibilidade de criação de sentimento de desigualdade nos cidadãos de Cabo Verde que querem ir para o espaço europeu e sobre a relação deste processo com a necessidade de fixar população e criar emprego.

João Oliveira (PCP) para reiterar a grande relevância no estreitamento do relacionamento bilateral.

O Senhor **Ministro**, respondendo de forma conjunta às questões colocadas, referiu que o centro comum de vistos tem sido um êxito e já estendeu o seu âmbito de intervenção a diversos outros países da EU, muito graças ao excelente trabalho desenvolvido pela embaixadora de Portugal em Cabo Verde, e pelo seu Cônsul. Relembrou que os passaportes em uso em Cabo Verde são produzidos em Portugal, na INCM, reunindo, por isso, todos os pressupostos de segurança hábeis a permitir a circulação no espaço europeu. Afirmou, ainda, que Cabo Verde pretende ser uma ponte entre a UE e África, a começar pela sub-região africana onde o país se insere. Cabo Verde, afirmou, vai apresentar conjuntamente com Portugal um projeto de sobre cidadania da CPLP, estando dispostos a avançar com projeto-piloto e esperando a adesão de outros Estados-membros, tendo sublinhado o facto de 250 mil dos cerca de 1 milhão e trezentos mil cabo-verdianos se encontrarem espalhado pela diáspora europeia, isto sem contar com a comunidade que historicamente e de há muito reside nos Estados Unidos da América, tudo aspetos que fazem da questão dos vistos um aspeto essencial para Cabo-Verde, pois facilita a circulação por toda a Europa de forma segura e credível, tese embora seja necessário, ainda, efetuar bastante trabalho de casa”. Concluiu, agradecendo a oportunidade, histórica, de poder ter comparecido para esta

reunião, a primeira do género por parte de um Ministro dos Negócios estrangeiros de Cabo Verde.

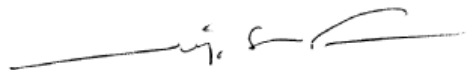
Nada mais havendo a tratar, e após apresentarem as despedidas e agradecido, uma vez mais, a presença do ilustre convidado, os Senhores **Presidentes** das Comissões envolvidas deram a sessão por encerrada pelas doze horas e quarenta minutos.

A presente reunião foi gravada em áudio podendo o registo áudio ser consultado através das seguintes hiperligações:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/2SL/COM/02_CNECP/cnecp_20170621.mp3

Palácio de São Bento, 21 de junho de 2017,

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Domicilia Costa
Gabriela Canavilhas
Joana Lima
João Oliveira
José Cesário
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Rui Silva
Sérgio Sousa Pinto
António Ventura

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Filipe Lobo D' Ávila
Isabel Santos
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Azevedo

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 13/09/2017.